



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ECA – Lei Fed. Nº 8069/90 Leis Munic. Nº 1.226/99 e 1.881/2015
Av. Wilson Megale, 790 – Piso 2 – Sala 7 – Fone (35) 3445-4900 – Cep 37564-000
Borda da Mata – Minas Gerais

PROCESSO SELETIVO DE CONSELHEIRO TUTELAR BORDA DA MATA/MG - AGOSTO DE 2024 - CADERNO DE QUESTÕES E REDAÇÃO

INSTRUÇÕES:

- A prova de conhecimentos é de caráter eliminatório sendo composta por 25 questões de múltipla escolha, cada uma com 04 (quatro) alternativas, sendo 01 (uma) delas a alternativa correta. Compõe a prova também 01 (uma) redação.
- O valor total da prova é de 100 pontos, distribuídos da seguinte forma: Questões de múltipla escolha: 03 (pontos) cada; Redação: máximo de 25 (vinte e cinco) pontos, onde serão avaliados o conteúdo e ortografia.
- A redação deve conter no mínimo 15 linhas e no máximo 20. Deverá ser feita em formulário próprio, o qual deve conter o nome e a assinatura do candidato.
- Preenchimento correto do gabarito: preencher apenas uma alternativa, caso haja mais de uma marcação, ou rasuras, a questão será considerada inválida.
- Verifique se o material está em ordem. Caso contrário, notifique imediatamente a responsável pela sala.
- Não será aceito gabarito rasurado, portanto confira suas respostas antes de registrá-las.
- Não é permitida a consulta a material bibliográfico, cadernos ou anotações de qualquer espécie.
- Não será permitido o uso de telefones celulares, ou qualquer outro tipo de aparelho eletrônico. Estes deverão ser desligados e entregues ao responsável pela sala que os devolverá ao término desta.
- A duração da prova é de 3(três) horas, e a permanência mínima de 60 minutos. Após este prazo, você poderá sair e levar este caderno de questões.
- Quando terminar, entregue ao responsável pela sala, o caderno de gabarito, a redação e assine a lista de presença.

Boa sorte!



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ECA – Lei Fed. Nº 8069/90 Leis Munic. Nº 1.226/99 e 1.881/2015
Av. Wilson Megale, 790 – Piso 2 – Sala 7 – Fone (35) 3445-4900 – Cep 37564-000
Borda da Mata – Minas Gerais

QUESTÃO 1) A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Em relação ao direito assegurado, conforme art. 53 da Lei n.º 8.069, leia as afirmações e assinale V (verdadeiro) ou F (falso).

- () Ser respeitado pelos seus educadores.
- () Contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias superiores.
- () Organizar e participar de entidades estudantis.
- () Participar da definição e elaboração da proposta curricular do município.
- () Ter acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

A sequência correta é:

- (A) F, V, V, F e F.
- (B) V, V, V, V e F.
- (C) F, V, F, V e F.
- (D) V, V, V, F e V.

QUESTÃO 2) Criança e Adolescente devem ser considerados “PRIORIDADE ABSOLUTA” em quaisquer circunstâncias. Considerando-se este aspecto do Estatuto da Criança e do Adolescente, a garantia de prioridade compreende, EXCETO:

- (A) Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- (B) Escolher onde e com quem morar, bem como definir seu horário escolar;
- (C) Preferência na formulação e na execução das Políticas Sociais Públicas;
- (D) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude .



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ECA – Lei Fed. Nº 8069/90 Leis Munic. Nº 1.226/99 e 1.881/2015
Av. Wilson Megale, 790 – Piso 2 – Sala 7 – Fone (35) 3445-4900 – Cep 37564-000
Borda da Mata – Minas Gerais

QUESTÃO 3) A professora de uma escola da Rede Municipal recebe a informação de um colega que um de seus alunos apresenta sinais visíveis pelo corpo que podem indicar agressão doméstica. Após uma verificação cuidadosa, tal suspeita é confirmada: a criança é espancada regularmente pela mãe, uma alcoólatra. Assim, essa professora, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, deverá:

- (A) comunicar o fato ao Conselho Tutelar do município.
- (B) fazer um boletim de ocorrência a ser encaminhado à Secretaria da Educação.
- (C) solicitar à professora que mantenha o fato sob maior discrição possível, para não expor a criança.
- (D) deixar que a mãe faça a denúncia no momento que achar mais adequado.

QUESTÃO 4) A respeito do Conselho Tutelar, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local.
- (B) Lei municipal ou distrital disporá sobre o local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar, inclusive quanto à remuneração dos respectivos membros.
- (C) O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.
- (D) Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar: reconhecida idoneidade moral, idade superior a dezoito anos e residir no Município.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ECA – Lei Fed. Nº 8069/90 Leis Munic. Nº 1.226/99 e 1.881/2015
Av. Wilson Megale, 790 – Piso 2 – Sala 7 – Fone (35) 3445-4900 – Cep 37564-000
Borda da Mata – Minas Gerais

QUESTÃO 5) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, para promover a execução de suas decisões, o Conselho Tutelar poderá:

- (A) requisitar serviços públicos na área de segurança.
- (B) ajuizar ação penal contra aquele que violar os direitos das crianças e dos adolescentes.
- (C) conceder a remissão, como forma de exclusão do procedimento judicial para apuração de ato infracional.
- (D) em caso de flagrante de ato infracional cometido mediante violência, lavrar auto de apreensão, ouvidos as testemunhas e o adolescente.

QUESTÃO 6) O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) determina que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana e assegura-lhes todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Nesse sentido, institui os Conselhos como um dos mecanismos de um sistema participativo de formulação, controle e fiscalização das políticas públicas entre Estado e sociedade civil. Entre eles está o Conselho Tutelar, que é

- (A) um colegiado escolhido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) para um mandato de quatro anos, podendo ser reconduzido por mais um período.
- (B) uma comissão paritária composta por seis membros, representantes da sociedade civil e do poder judiciário escolhidos pela população local para mandato de quatro anos, permitida recondução por novos processos de escolha.
- (C) um órgão colegiado, autônomo, não jurisdicional, composto de membros escolhidos pela sociedade para fiscalizar e zelar pelo cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes.
- (D) um órgão ligado à Prefeitura Municipal, a quem compete requisitar diligências investigatórias e instaurar inquérito policial para apuração de ilícitos ou infrações às normas de proteção à infância e à juventude.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ECA – Lei Fed. Nº 8069/90 Leis Munic. Nº 1.226/99 e 1.881/2015
Av. Wilson Megale, 790 – Piso 2 – Sala 7 – Fone (35) 3445-4900 – Cep 37564-000
Borda da Mata – Minas Gerais

QUESTÃO 7) A Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 considera:

- (A) Criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- (B) Criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezenove anos de idade.
- (C) Criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e vinte anos de idade.
- (D) Criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e vinte e um anos de idade.

QUESTÃO 8) Uma das atribuições do Conselho Tutelar é atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas a eles pertinentes, definidas pelo art.129 (I a VII) do ECA. A perda da guarda, a destituição da tutela e a suspensão ou destituição do poder familiar, itens VIII e X do mencionado artigo, são medidas aplicáveis pela autoridade judiciária. Ainda de acordo com o ECA, art. 130, verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar,

- (A) o acompanhamento minucioso.
- (B) a imediata reparação de danos.
- (C) o afastamento do agressor da moradia comum.
- (D) o controle comportamental.

QUESTÃO 9) De acordo com o Art. 21 do ECA, o poder familiar será exercido pelo pai e pela mãe, com:

- (A) prioridade da Mãe.
- (B) prioridade do Pai.
- (C) igualdade de condições.
- (D) prioridade do mais velho.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ECA – Lei Fed. Nº 8069/90 Leis Munic. Nº 1.226/99 e 1.881/2015
Av. Wilson Megale, 790 – Piso 2 – Sala 7 – Fone (35) 3445-4900 – Cep 37564-000
Borda da Mata – Minas Gerais

QUESTÃO 10) Segundo os artigos 15 e 16 do ECA, a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais conforme previsto na Constituição e nas leis. Entende-se como direito à liberdade os seguintes aspectos:

- I. ter direito de opinar e de se expressar;
- II. brincar, praticar esportes e divertir-se;
- III. participar da vida política, na forma da lei;
- IV. buscar refúgio, auxílio e orientação.

Está correto o contido em:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, II, III e IV
- (D) III e IV, apenas.

QUESTÃO 11) De acordo com o artigo 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente, são atribuições do Conselho Tutelar, EXCETO:

- (A) encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência.
- (B) encaminhar à Delegacia de Polícia notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.
- (C) expedir notificações.
- (D) requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ECA – Lei Fed. Nº 8069/90 Leis Munic. Nº 1.226/99 e 1.881/2015
Av. Wilson Megale, 790 – Piso 2 – Sala 7 – Fone (35) 3445-4900 – Cep 37564-000
Borda da Mata – Minas Gerais

QUESTÃO 12) Ao organizar a apresentação de final de ano da escola, alguns professores solicitaram ajuda do inspetor de alunos, durante as aulas livres, para os ensaios. Uma das alunas não participava de nenhum ensaio, pois, segundo ela, sua religião não permitia dançar. Essa aluna tem seu direito resguardado, de acordo com o art 16. do ECA, no que diz respeito à:

- (A) preservação da imagem, da identidade e da autonomia.
- (B) liberdade à crença e ao culto religioso.
- (C) igualdade de oportunidades no desenvolvimento de sua educação.
- (D) ser respeitada em suas aptidões.

QUESTÃO 13) A Guia de Acolhimento, conforme prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº8.069/1990), é expedida

- (A) pelo Conselho Tutelar para inclusão e cadastramento da criança ou do adolescente em risco junto ao Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA).
- (B) pela autoridade judicial para encaminhamento de crianças e adolescentes às instituições que executam programas de acolhimento institucional.
- (C) pelo gestor da política de garantia do direito à convivência familiar para controle e monitoramento dos casos de acolhimento familiar e institucional no município.
- (D) pela serventia judicial para fins de inclusão da criança ou do adolescente no cadastro nacional de pessoas em condição de serem acolhidas por família adotiva.

QUESTÃO 14) Constitui-se em um direito dos pais ou responsáveis, assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente:

- (A) adentrar no prédio escolar até as salas de aula em qualquer horário.
- (B) exercer a vigilância do filho no pátio escolar durante o recreio.
- (C) retirar o filho da escola por motivos recreativos antes do término do período letivo.
- (D) participar da definição das propostas educacionais.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ECA – Lei Fed. Nº 8069/90 Leis Munic. Nº 1.226/99 e 1.881/2015
Av. Wilson Megale, 790 – Piso 2 – Sala 7 – Fone (35) 3445-4900 – Cep 37564-000
Borda da Mata – Minas Gerais

QUESTÃO 15) O Conselho Tutelar recebe uma denúncia de que a mãe, nos finais de semana, costuma deixar sozinho em casa à noite o seu filho de apenas 2 anos de idade, sai para a rua e só volta de madrugada. Qual a primeira providência a ser adotada pelo Conselho Tutelar?

- (A) Visitar a mãe, adverti-la com rigor da sua conduta e fazer o acompanhamento da família durante um determinado período.
- (B) Tirar a criança da mãe e colocá-la em uma família substituta.
- (C) Denunciar a mãe na Secretaria de Assistência Social.
- (D) Encaminhar, de pronto, relatório à Promotoria de Justiça para que esta adote as providências que julgar necessárias sob pena de ser responsabilizado por omissão.

QUESTÃO 16) No Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 4º , destacam-se os seguintes aspectos: É dever da , da comunidade, da sociedade em geral e do assegurar, com absoluta prioridade a efetivação dos direitos referentes à , à saúde, à alimentação, à educação [...] e à convivência familiar e

Preenchem as lacunas da frase acima, correta e respectivamente:

- (A) Família – poder público – moradia escolar – religiosa.
- (B) Escola – SUS – educação – habitacional.
- (C) Família – conselho tutelar – moradia – escolar.
- (D) Família – poder público – vida – comunitária.

INSTRUÇÃO: Atente-se para os textos 1 e 2 a seguir para responder à questão 17.

Texto 01



Disponível em: <https://psicologianosuas.com/>. Acesso em: 5 jun. 2023.

Texto 02



Disponível em: <https://livredetrabalhoinfantil.org.br/>. Acesso em: 5 jun. 2023.

QUESTÃO 17)

Apesar de o trabalho infantil ser uma prática historicamente incentivada, seja pela necessidade de “ocupar” o tempo ocioso de crianças e adolescentes, seja pela necessidade de se obter mais renda para o sustento familiar, o ECA, regulamentado pela Lei de n.º 8.069/1990, sinaliza, em seu 5.º Capítulo, que:

- (A) O trabalho infanto-juvenil é proibido para qualquer pessoa menor de 12 anos, exceto para o adolescente, que pode se inserir em atividades de aprendizagem, desde que não haja prejuízo à sua saúde.
- (B) O adolescente maior de 16 anos pode ter acesso à remuneração e aos direitos trabalhistas, considerando a sua jornada de trabalho congênere à de uma pessoa com maior idade.
- (C) O trabalho infantil só deve ser considerado quando existe remuneração pela atividade desenvolvida, condição essencial para que o trabalho efetuado perca seu caráter educativo.
- (D) O trabalho infanto-juvenil é proibido para qualquer pessoa menor de 14 anos, considerando seus impactos negativos para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, exceto quando a atividade é realizada na condição de aprendiz.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ECA – Lei Fed. Nº 8069/90 Leis Munic. Nº 1.226/99 e 1.881/2015
Av. Wilson Megale, 790 – Piso 2 – Sala 7 – Fone (35) 3445-4900 – Cep 37564-000
Borda da Mata – Minas Gerais

QUESTÃO 18) De acordo com o Art. 165. Lei Federal nº 8.069/90, são requisitos para a concessão de pedidos de colocação em família substituta:

- I. Qualificação completa do requerente e de seu eventual cônjuge, ou companheiro, com expressa anuência deste
- II. Indicação de eventual parentesco do requerente e de seu cônjuge, ou companheiro, com a criança ou adolescente, especificando se tem ou não parente vivo
- III. Qualificação completa da criança ou adolescente e de seus pais, se conhecidos
- IV. Indicação do cartório onde foi inscrito nascimento, anexando, se possível, uma cópia da respectiva certidão
- V. Declaração sobre a existência de bens, direitos ou rendimentos relativos à criança ou ao adolescente

Podemos afirmar que as sentenças corretas são:

- (A) I, II, III
- (B) I, II, III, IV
- (C) II, III, V
- (D) I, II, III, IV, V

QUESTÃO 19) Os direitos e garantias previstos no ECA – Estatuto da Criança do Adolescente –, de forma geral, devem ser aplicados:

- (A) Para crianças a partir de um ano de idade e adolescentes até os 18 anos de idade.
- (B) Para crianças desde o útero materno e adolescentes até os 18 anos de idade.
- (C) Para famílias.
- (D) Para crianças a partir dos 12 anos completos e aos adolescentes até 18 anos.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ECA – Lei Fed. Nº 8069/90 Leis Munic. Nº 1.226/99 e 1.881/2015
Av. Wilson Megale, 790 – Piso 2 – Sala 7 – Fone (35) 3445-4900 – Cep 37564-000
Borda da Mata – Minas Gerais

QUESTÃO 20) Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, _____, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta. Assinale a alternativa que completa o espaço pontilhado acima.

- (A) a cada 6 (seis) meses.
- (B) a cada 12 meses (1 ano).
- (C) a cada 24 meses (2 anos).
- (D) a cada 1 (um) mês.

QUESTÃO 21) A internação do adolescente, medida socioeducativa privativa de liberdade, segundo o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente -, artigo 121, se sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, no caso o adolescente. Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá ao constante na alternativa:

- (A) Dois anos.
- (B) Três anos.
- (C) Quatro anos.
- (D) Cinco anos.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ECA – Lei Fed. Nº 8069/90 Leis Munic. Nº 1.226/99 e 1.881/2015
Av. Wilson Megale, 790 – Piso 2 – Sala 7 – Fone (35) 3445-4900 – Cep 37564-000
Borda da Mata – Minas Gerais

QUESTÃO 22) Sobre a profissionalização e a proteção do trabalho previstas no ECA, são verdadeiras as afirmações abaixo, exceto a da alternativa:

- (A) Ao adolescente portador de deficiência não é assegurada a proteção ao trabalho, nem a profissionalização.
- (B) Ao adolescente aprendiz, maior de catorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.
- (C) Na formação técnico-profissional deverá ser garantido ao adolescente o acesso e frequência obrigatória ao ensino regular.
- (D) A remuneração recebida pelo trabalho efetuado pelo adolescente ou na participação pela venda de produtos de seu trabalho não desfigura o caráter educativo do mesmo.

QUESTÃO 23) Assinale V para as proposições verdadeiras e F para as falsas. Em seguida, assinale a alternativa que contenha a ordem correta das respostas.

- () Uma das prerrogativas do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente - refere-se à responsabilidade conjunta da escola e do Conselho Tutelar no que se refere às ausências de alunos à escola.
- () A escola precisa comunicar ao Conselho Tutelar os casos de crianças que estão faltando muito, fornecendo-lhe nome, série e endereço, para que seus pais sejam notificados, visando saber a razão das faltas.
- () Quando os pais não comparecem ao Conselho Tutelar, os conselheiros não devem realizar visitas domiciliares, visando esclarecer os motivos.
- () Independentemente de qual seja a razão das faltas, os conselheiros devem se esforçar para que a criança ou o jovem não volte a frequentar as aulas, conscientizando-o e à sua família sobre a importância da escolarização.

- (A) V – V – F – F
- (B) F – V – F – F
- (C) V – V – V – F
- (D) F – F – F – F



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ECA – Lei Fed. Nº 8069/90 Leis Munic. Nº 1.226/99 e 1.881/2015
Av. Wilson Megale, 790 – Piso 2 – Sala 7 – Fone (35) 3445-4900 – Cep 37564-000
Borda da Mata – Minas Gerais

QUESTÃO 24) Em vigor desde 1990, o ECA é considerado um marco na proteção da infância, reforçando a ideia de "prioridade absoluta", e tem como base a doutrina de proteção _____. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna acima:

- (A) Totalitária.
- (B) Integral.
- (C) Incondicional.
- (D) Subjetiva.

QUESTÃO 25) Segundo o Art. 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é dever do Estado assegurar, à criança e ao adolescente, atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de, EXCETO:

- (A) Material didático-escolar.
 - (B) Transporte.
 - (C) Alimentação.
 - (D) Uniforme escolar.
-

PARABÉNS PELA CONCLUSÃO DO CADERNO DE PROVA!

O próximo passo, é preencher o CARTÃO RESPOSTA!!

Respire fundo, e vá com muita tranquilidade realizar a marcação do cartão resposta de acordo com as instruções gerais. Em caso de dúvidas, solicite orientação da equipe de apoio.

- Marque no cartão-resposta somente uma alternativa para cada questão, preenchendo completamente o quadradinho.
- CUIDADO, as marcações duplas, rasuradas, ocasionará a anulação da questão.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ECA – Lei Fed. Nº 8069/90 Leis Munic. Nº 1.226/99 e 1.881/2015
Av. Wilson Megale, 790 – Piso 2 – Sala 7 – Fone (35) 3445-4900 – Cep 37564-000
Borda da Mata – Minas Gerais

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

NOME COMPLETO _____

DATA: ____/____/____

GABARITO

QUESTÕES	RESPOSTAS			
01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ECA – Lei Fed. Nº 8069/90 Leis Munic. Nº 1.226/99 e 1.881/2015
Av. Wilson Megale, 790 – Piso 2 – Sala 7 – Fone (35) 3445-4900 – Cep 37564-000
Borda da Mata – Minas Gerais

REDAÇÃO

Orientações Importantes

- A redação deve conter no mínimo 15 linhas e no máximo 20. Deverá ser feita em formulário próprio, o qual deve conter o nome e a assinatura do candidato.
- A redação deve ser respondida na Folha de Respostas com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), no espaço reservado. A PROVA FEITA À LÁPIS SERÁ ANULADA E ATRIBUÍDA A NOTA ZERO.
- Se usar letra de FORMA, deverão ser observadas as normas de acentuação gráfica.

A Importância do Conselho Tutelar na Proteção dos Direitos das Crianças e Adolescentes no Brasil

Instruções:

O Conselho Tutelar desempenha um papel fundamental na garantia e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Em sua redação, discorra sobre a importância do trabalho dos conselheiros tutelares na sociedade brasileira, abordando os seguintes pontos:

1. Funções e Responsabilidades: Explique quais são as principais funções e responsabilidades dos conselheiros tutelares na proteção dos direitos das crianças e adolescentes.
2. Desafios e Dificuldades: Analise os principais desafios e dificuldades enfrentados pelos conselheiros tutelares no exercício de suas funções.
3. Casos Relevantes: Apresente exemplos de casos práticos em que a atuação do Conselho Tutelar foi essencial para a resolução de situações de violação de direitos.
4. Propostas de Melhoria: Sugira possíveis melhorias nas políticas públicas e na estrutura dos Conselhos Tutelares para aumentar a eficácia na proteção dos direitos das crianças e adolescentes.

Critérios de Avaliação:

- Clareza e objetividade na exposição das ideias.
- Coerência e coesão do texto.
- Adequação ao tema proposto.
- Argumentação consistente e fundamentada.
- Correção gramatical e ortográfica.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ECA – Lei Fed. Nº 8069/90 Leis Munic. Nº 1.226/99 e 1.881/2015
Av. Wilson Megale, 790 – Piso 2 – Sala 7 – Fone (35) 3445-4900 – Cep 37564-000
Borda da Mata – Minas Gerais

RASCUNHO

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

5 _____

6 _____

7 _____

8 _____

9 _____

10 _____

11 _____

12 _____

13 _____

14 _____

15 _____

16 _____

17 _____

18 _____

19 _____

20 _____



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ECA – Lei Fed. Nº 8069/90 Leis Munic. Nº 1.226/99 e 1.881/2015
Av. Wilson Megale, 790 – Piso 2 – Sala 7 – Fone (35) 3445-4900 – Cep 37564-000
Borda da Mata – Minas Gerais

FORMULÁRIO DE REDAÇÃO

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

5 _____

6 _____

7 _____

8 _____

9 _____

10 _____

11 _____

12 _____

13 _____

14 _____

15 _____

16 _____

17 _____

18 _____

19 _____

20 _____

Assinatura: _____